ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 09/2019 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2019.

Aos 10 (dez) dias de setembro de 2019 (dois mil e dezenove), em primeira convocação às 16h e em segunda convocação às 16h30, na sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, sito à Av. República do Chile, no. 230/23º. Andar – Centro – Rio de Janeiro, foi realizada a Reunião Plenária Ordinária do CAU/RJ de no. 09/2019, que teve início às 16h20, sob a coordenação do Presidente do CAU/RJ, Jeferson Roselo Mota Salazar Tostes, e **presença dos Conselheiros Titulares:** Almir Fernandes, Edivaldo Souza Cabral, Jerônimo de Moraes Neto, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Lucas Teixeira Franco, Maíra Rocha Mattos, Maria Isabel de V. P. Tostes, Nadir Moreira da Silva, Pablo César Benetti, Regina Cohen, Rogério Goldfeld Cardeman e Sérgio Oliveira Nogueira da Silva; **Conselheiros Suplentes**: Ivan Pereira Campos, Simone Feigelson Deutsch e Vinícius de Lima Chiesse, e **Conselheiros que justificaram ausência**: Armando Ivo de Carvalho Abreu (licenciado), Daniel Mendes Mesquita de Sousa, Fernando Mendes G. Júnior, Gustavo Monteiro Manhães, Leila Marques da Silva, Luana Soares Pimenta, Manoel Vieira Gomes Júnior (licenciado), Sandra Regina de B. Sayão Ferreira e Sydnei Dias Menezes (licenciado). O Presidente iniciou a reunião com o **Item 1 – Verificação do Quórum**, anunciando o número mínimo de 13 (treze) Conselheiros presentes para começar a sessão. Na sequência, **Item 2 – Hino Nacional Brasileiro** - convidou a todos para ouvir o Hino Nacional Brasileiro. Em seguida convocou os Conselheiros Edivaldo Souza Cabral, Nadir Moreira da Silva, Maria Isabel Tostes e Lucas Franco para formar a mesa Diretora. Com esta composição reuniu-se o CAU/RJ para deliberar sobre os temas que compõem a pauta da Reunião Plenária Ordinária no. 09/2019. Logo após, **Item 3 – Aprovação da Ata da Reunião Ordinária n. 07/2019, realizada em 09 de julho de 2019**. **Acatadas as sugestões apresentadas, seguiu-se para a votação eletrônica. Após a apuração dos votos, o Item foi aprovado com 12 votos dos Conselheiros:** Edivaldo Souza Cabral, Jerônimo de Moraes Neto, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Lucas Teixeira Franco, Maíra Rocha Mattos, Maria Isabel de V. P. Tostes, Nadir Moreira da Silva, Pablo César Benetti, Regina Cohen, Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, Simone Feigelson Deutsch e Vinícius de Lima Chiesse, e **03 votos de abstenção dos Conselheiros:** Almir Fernandes, Ivan Pereira Campos e Rogério Goldfeld Cardeman. A seguir, **Item 3.1 – Aprovação**

da Ata da Reunião Ordinária n. 08/2019, realizada em 13 de agosto de 2019. Como não houve manifestações, passou-se para a votação eletrônica. Após a apuração dos votos, o Item foi aprovado com 12 votos dos Conselheiros: Almir Fernandes, Edivaldo Souza Cabral, Jerônimo de Moraes Neto, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Lucas Teixeira Franco, Maíra Rocha Mattos, Maria Isabel de V. P. Tostes, Nadir Moreira da Silva, Pablo César Benetti, Regina Cohen, Sérgio Oliveira Nogueira da Silva e Simone Feigelson Deutsch, **03 votos de abstenção dos Conselheiros:** Ivan Pereira Campos, Rogério Goldfeld Cardeman e Vinícius de Lima Chiesse. Na sequência, **Item 4 – Leitura de Extratos e Correspondências Recebidas e/ou Expedidas.** O Presidente anunciou a presença do CAU/RJ no evento do Ministério Público do RJ "Paralimpíadas, uma história a contar", que acontecerá no dia 16 de setembro, das 14h às 16h, no auditório do edifício-sede do MPE-RJ. Em seguida, concedeu à palavra ao Conselheiro Federal, pelo Rio de Janeiro, Carlos Fernando de Souza Leão Andrade, para fazer alguns comunicados, com destaque: a) visita à presidência do IPHAN-DF para solidarizar-se às muitas pressões que os órgãos federais, de modo geral, vem sofrendo, em função das diversas propostas que o Governo Federal apresenta ao Congresso Nacional; b) presença no Congresso Nacional para o lançamento da frente parlamentar de apoio ao patrimônio histórico, cujo grupo terá sido a maior frente já criada no parlamento brasileiro, com duzentos membros inscritos. A líder nomeada foi a Senhora Kátia Bogéa, do estado do Maranhão. Prosseguiu fazendo ponderações acerca da Resolução 51; tema, este, que provocou um excessivo número de reuniões extraordinárias. Anunciou que houve a proposta de criação de uma sede nacional, a ser construída no terreno do IAB-DF, cujo projeto, até o momento, tem se mostrado mais caro do que fora presumido, o que tem gerado questionamentos. A seguir, procedeu à leitura do voto do relator do Decreto Legislativo – PDR-901, que atualmente se encontra na Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público, e que pertence ao Partido Novo. Além do relator questionar a Resolução 51, pois reconsidera que tal regulamento cria obstáculos a livre concorrência, também faz críticas a todos os conselhos profissionais, complementou. Diante disso, o Presidente do CAU/BR solicitou apoio aos conselhos estaduais. Aproveitou o ensejo para se posicionar contrariamente à Resolução 51 que, em seu entendimento, foi um equívoco, e que nada trouxe de contribuição para a categoria, uma vez que a competência dos conselheiros foi exacerbada em quanto Conselho. Por fim, comunicou que a deliberação sobre o assunto, na referida Comissão, foi adiada até que haja maiores entendimentos. Em conclusão, informou sobre algumas discussões plenárias, como as diretrizes orçamentárias, do qual foi contra. Em seguida, abriu-se breve debate. O Conselheiro Edivaldo Souza Cabral perguntou sobre a existência de uma estrutura para que o CAU/RJ possa lutar pelos

seus interesses no plenário da Câmara, diante à frente parlamentar, uma vez que é iminente a desregulamentação das atividades da categoria. O Conselheiro Lucas Teixeira Franco fez alguns questionamentos: a) retorno sobre a resolução do CAU/BR que impedia as tratativas do Governo Brasileiro com a OCDE; b) nomes dos parlamentares da frente de apoio ao patrimônio histórico; c) sobre a Resolução 51, afirmou que os problemas que a atingem são essencialmente de âmbito material, e não de conceito, sendo necessária uma harmonização e revisão com o CREA. Nesse sentido, perguntou se não valeria mais a pena a elaboração de uma nova resolução, do que uma possível discussão já desgastada. O Conselheiro Lucas Alencar Faulhaber Barbosa mencionou sobre o grupo de trabalho formado anteriormente para discutir o tema. Em seguida, o Presidente interveio e esclareceu que o objeto do GP foi o de discutir o Projeto de Decreto Legislativo-PDL e o Projeto de Alteração da Lei 12.378/2010, que retira da referida Lei o artigo 3º, que impede o CAU/RJ de fazer a Resolução. Sobre o trabalho de análises das propostas legislativas, o Conselheiro informou que o encaminhamento ao plenário e ao Conselheiro Federal é válido. Alertou para o fato de que a atual conjuntura política favorece a aprovação desses projetos, o que torna imperiosa uma ação mais premente e conjunta entre o CAU/RJ e o Conselho Federal. O Conselheiro Jerônimo de Moraes Neto reconheceu a necessidade de se realizar revisões na Resolução 51, uma vez que tal regulamento foi criado num momento de construção inicial, com muitas imperfeições. Lembrou que a própria Lei prevê, em caso de sombreamento de atividades, e prevalece sempre o direito mais amplo das partes até uma resolução em comum, o que torna inócuo esse conflito. Logo após, aproveitou para fazer algumas considerações sobre a atual sede do CAU/RJ, cujo tema será mais aprofundado diretamente com o Conselheiro Federal. Destacou apenas alguns pontos, como os trabalhos de algumas auditorias e de uma comissão de sindicância que elogiaram a sede do Conselho; a possibilidade de, futuramente, adquirir um patrimônio histórico para a construção de um projeto mais significativo para a categoria e para a sociedade em geral. Logo após, o Conselheiro Pablo César Benetti julgou pertinente que o processo em questão se transforme numa luta mais abrangente com outros conselhos, de modo a fortalecer politicamente as entidades que cercam o Conselho. Após as narrativas, o Presidente informou que o Decreto Legislativo faz parte de um conjunto de ações de interesses pessoal e corporativo que o Senhor Ricardo Izar vem apresentando, ao longo de anos, desde a inauguração do Conselho, e que vem sendo desdobradas, construindo assim aliados contra a Resolução 51 e a Lei 12.378/2010. Julgou importante o esforço de um envolvimento maior de todos os conselhos, a partir de uma liderança nacional que assuma o comando da construção de argumentações para reverter essa situação. Seguiu enfatizando a questão da Proposta de Emenda Constitucional-PEC108, que

avança sobre todos os conselhos profissionais, cujo tema será alongado até o final da sessão. Em resposta, o Conselheiro Federal fez os seguintes esclarecimentos: a) OCDE – o assunto não foi retomado à Plenária; b) frente parlamentar - informou os nomes dos proponentes: Ildo Rocha, do Maranhão, e Pedro Paulo, do Rio; c) Resolução 51 e Assessoria Parlamentar – informou que, apesar da citada Lei ser sábia ao criar resoluções conjuntas, o CAU/RJ não criou leis neste molde, contrariando, portanto, o seu próprio conceito, que rege o Conselho. Quanto a elaborar uma nova resolução, afirmou que isto é possível. No entanto, considerou inapropriado confeccionar uma nova resolução na atual condição por que passa o Conselho. Nesse sentido, propôs que houvesse um recuo organizado para não banalizar a ação. Com relação à Assessora Parlamentar, esclareceu que recentemente conheceu a Advogada Luciana Rubino, profissional extremamente dedicada, e que cumpre ordens, como o esforço que tem feito para o fortalecimento da Resolução 51. Ao final, afirmou que várias questões precisam ser repensadas, como ter uma sede em Brasília, que lhe parece um equívoco, assim como a compra do terreno, o processo do concurso, o resultado, etc. Na sequência, **Item 5 – Comunicados do Presidente**. O Presidente procedeu à leitura dos seguintes informes: a) Encontro com a Sociedade realizado na cidade de Petrópolis, nos dias 15 e 16 de agosto, cujos debates foram ricos e proveitosos. Informou que uma das estratégias proativas do Conselho é de promover estes e outras ações em várias cidades do estado, com o intuito de ir até a sociedade e buscar maior interação; b) reunião dos Colegiados dos Conselhos Profissionais, chamado também de “Conselhinho”, realizada no dia 10 de setembro, que está sendo reestruturado por conta da PEC 108, que atinge todos os conselhos profissionais. Explicou que o objetivo do encontro foi o de fazer primeiramente uma articulação na defensiva, como autodefesa, para desenvolver a proposta anteriormente apresentada de se construir uma campanha coletiva, envolvendo todos os conselhos profissionais, e discutir um conjunto de regramentos, como a ética na sociedade e a regulamentação em defesa da sociedade; c) cerimônia de posse do Conselho Rio 2020, capital mundial da Arquitetura, atualmente com trinta e um conselheiros. Explicou que a explanação feita pela Valéria Hazan, vice-presidente, de algumas proposições da Prefeitura do Rio, foi oportuna. Assim como a participação do CAU/RJ que teve a oportunidade de apresentar propostas que foram encaminhadas ao CAU/BR, como contribuição do Conselho, por ocasião do aniversário de 10 anos do sistema autárquico CAU, além de outros temas relevantes para a categoria. Prosseguiu enfatizando cada assunto. Aproveitou para reiterar que, em 2020, será a época propícia para o CAU/RJ estimular o olhar da sociedade para a cidade do Rio, sob o conceito da Arquitetura e do Urbanismo, massificando-o como instrumento fundamental para a melhoria da qualidade de vida e para a preservação ambiental, que é a sobrevivência do própria planeta; d)

oficinas de Planejamento Estratégico realizadas no dia 04, ocorrerão seguidamente nos dias 11 e 18 de setembro. Registre-se a solicitação da Conselheira Regina Cohen de incluir Item extrapauta, para tratar de substituição de membro da Comissão de Acessibilidade, o que foi consensuado, e a ser discutido após o próximo ponto de pauta. Em andamento, **Item 6, subitem 6.1 – Apresentação da Programação do Rio UIA2020, pelo representante do Comitê (a confirmar)**. Para a apresentação da matéria, foi convidada a Arquiteta e Urbanista e Professora, Fabiana Izaga. Antes da exposição, a Senhora Fabiana aproveitou o ensejo para lembrar que naquele mesmo dia, pela manhã, havia sido comemorado o lançamento da capital mundial da Arquitetura. Em seguida, fez uma explanação sucinta do tema "Todos os mundos, um só mundo. Arquitetura 21", com destaque para a questão "Qual Arquitetura nós queremos para 2021?". Dentre os objetivos listados, centrou-se no de maior ênfase que é fazer do Rio de janeiro e da UIA2020 um palco global para o debate sobre as cidades e a Arquitetura. Estão previstas também a formulação de questões como Cidades e Novas Tecnologias, além de debates sobre intercâmbios nacionais e internacionais para favorecer a interface de diversas experiências mundiais. Prosseguiu detalhando vários pontos e os quatro eixos centrais do evento que se basearam em algumas questões: Qual o horizonte do Arquiteto em tanto mundo em um só mundo? Quais os papéis do Arquiteto e do Urbanista em um mundo caracterizado pelo incremento dessa diversidade e por vertiginosas transformações tecnológicas e energéticas no planeta? E qual a Arquitetura, qual a cidade e qual Arquiteto Urbanista exigem-se ser reinventados neste século XXI? Em seguida, expôs os quatro subtemas e avisou sobre a chamada de trabalhos, que já está on-line. Continuou destacando outros pontos da apresentação, como a premiação nacional de trabalhos acadêmicos, em que serão elegíveis todas as faculdades de Arquitetura do Brasil, aproximadamente 700 cursos. Anunciou que será organizado o concurso internacional para jovens Arquitetos, previsto no contrato do Comitê, juntamente com o IAB. Informou sobre o Fórum Mundial de Cidades, previsto no Congresso, em que serão convidados prefeitos de cidades que sediaram esse evento anteriormente, para debater sobre gestão, política das cidades, áreas de renovação, etc. A seguir, descreveu a dinâmica do evento, que terá a duração de cinco dias, e que contará com palestras, workshops, visitas guiadas pela cidade e seminários totalmente dedicados à Arquitetura e Urbanismo. Aproveitou para ressaltar o papel importante do CAU/RJ para incrementar o envolvimento do profissional no Congresso, através dos meios de comunicação. Seguiu pormenorizando outros pontos da formação e da logística do evento, com destaque para o local de abertura do Congresso, que será no Maracanãzinho; diferentemente do Fórum, do Congresso e da Feira que se realizarão na região portuária do RJ, nos armazéns 3, 4 e 5. Salientou

outros eventos complementares culturais que estão sendo esperados na cidade por conta do Congresso UIA2020. Reiterou, ao final, a necessidade de se extrair, após o evento, organizadamente, conhecimentos para a formalização de futuras proposições com efeitos benéficos para a sociedade e para a classe profissional. Concluiu apresentando as instituições apoiadoras ao evento - CAU/BR, CAU/RJ -, além das associações representativas, ABEA, ABAP, CEAUP e outras. Finalizada a explanação, deu-se início ao rápido debate, com ênfase para alguns assuntos, como o custo da inscrição para o profissional, que terá preço especial. Em seguida, o Presidente interveio e complementou uma informação importante sobre a reunião ocorrida, na semana passada, com representantes do Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, tribunais de contas, e diversos órgãos de controle, pois essas instituições desejam estabelecer parceria com o CAU/RJ para iniciar o processo de fiscalização de 470 obras que foram contratadas, algumas iniciadas, outras não. Tal ação objetiva fazer levantamentos de obras irregulares, para que os administradores públicos municipais sejam cobrados quanto à conclusão dos empreendimentos. O debate prosseguiu com alguns questionamentos. A Conselheira Regina Cohen, primeiramente, parabenizou à apresentação sobre o Congresso Rio UIA2020 e, em seguida, questionou se haveria uma pessoa responsável, dentro do Comitê, envolvido com o tema Acessibilidade. O Conselheiro Lucas Teixeira Franco perguntou sobre os custos de entrada para os profissionais e não profissionais; tema, este, que foi desdobrado pelo Conselheiro Rogério Goldfeld Cardeman, uma vez que considera alto o valor do ingresso em face da atual conjuntura econômica do país que afeta os profissionais. Solicitou esclarecimentos sobre os descontos concedidos ao IAB e outros órgãos, e não para o CAU/RJ e CAU/BR. Aproveitou para refletir sobre temas, como o Plano Diretor, que está em processo, mas que não está sendo discutido. Com relação aos eventos complementares acima mencionados, o Conselheiro Edivaldo Souza Cabral questionou se estes serão articulados com o Congresso Mundial de Arquitetos. Concluídas as manifestações, a Senhora Fabiana Izaga procedeu a alguns esclarecimentos: a) o valor das inscrições foi constituído a partir de um acordo contratual, do qual não teve ingerência, mas que segue uma média padrão do que é praticado no mercado. O valor das inscrições pode ser feito em até 10 vezes. Aproveitou para contextualizar o valor cobrado, que é um investimento, com o evento, que se propõe a valorizar a profissão do Arquiteto; diferentemente de outras situações em que o profissional é um mero pagante, sem consequências reais para o seu trabalho; b) Acessibilidade – levará o assunto ao Comitê do evento para acessar o tema objetivamente; c) Intercâmbio – ocorrerá a interface durante o evento entre os profissionais brasileiros e os estrangeiros, além de toda ação gerada durante o encontro; d) Eventos paralelos e não Arquitetos –

estima-se que o evento seja replicado maciçamente em diversos locais da cidade e do Brasil; e) o material da apresentação será encaminhado aos conselheiros posteriormente para a divulgação do Congresso. Sobre a distorção do que é apreendido no mundo acadêmico com relação ao que é praticado no dia a dia, contextualizando a fala do Conselheiro Rogério Cardeman, explicou que sempre haverá uma defasagem, infelizmente. Mas que cabe aos órgãos reguladores trabalhar para otimizar esta brecha em favor dos profissionais Arquitetos e da sociedade em geral. (ÁUDIO 2H23) Colocações finais encerradas, passou-se para o **subitem 6.2 – Extrapauta – Comissão de Acessibilidade – Substituição de membro.** A Conselheira Regina Cohen informou estar com dificuldades para contar com a participação total dos membros da Comissão de Acessibilidade. Dessa forma, e diante da necessidade de ter pessoas mais engajadas nos trabalhos, anunciou o nome da Arquiteta Beatriz Cunha de Vasconcelos para ser a mais nova integrante da Comissão, em substituição ao Arquiteto Luiz Gustavo Guimarães (convidado externo). A profissional é Arquiteta e Urbanista, com mestrado e doutorado, e vasta experiência profissional como Professora especialista em Acessibilidade e Sustentabilidade. Atua como especialista na Secretaria de estado da Casa Civil, do estado do RJ, em vários projetos relacionados à Acessibilidade. Outro membro a ser indicado na Comissão, em substituição ao Arquiteto Carlos Leitão (convidado externo) é o Arquiteto Arnaldo Lírio, que trabalha na Comissão de Acessibilidade da Prefeitura do RJ, também com longa e rica trajetória profissional, e com doutorado focado no tema Acessibilidade. ‘ Em seguimento, **subitem 6.3 – Recursos à Plenária e Item 6.4 – Processos Éticos – Não houve**. Em conclusão, **Item 7 – Comunicados dos Conselheiros com assuntos de interesse geral**. A Conselheira Maria Isabel de V. Porto Tostes alertou para os eventos relativos ao Planejamento Estratégico que estão acontecendo com pouca participação dos Conselheiros. Enfatizou a importância da matéria, que define as diretrizes organizacionais do Conselho, e clamou pela presença de todos no próximo encontro, que acontecerá no dia 11 de setembro. A seguir, o Conselheiro Pablo César Benetti propôs que, na próxima Plenária, fossem votados primeiramente os processos, pois estão avolumados. Sobre o assunto, uma a Conselheira (cujo nome não foi anunciado) sugeriu maior objetividade por parte dos Conselheiros, para que todos os assuntos possam ser tratados expressamente, evitando assim, sessões longas e cansativas. Acatadas as considerações finais, concluiu-se essa parte. Vencidos todos os pontos de pauta e, não havendo quem desejasse fazer o uso da palavra, a vice-presidente do CAU/RJ, Senhora Maria Isabel de V. Porto Tostes, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião Plenária n. 09/2019, que 19h E, para constar, eu, Marina Burges Olmos revisei a presente Ata que foi lavrada

por serviço terceirizado e que vai assinada por mim e pela **Presidente do CAU/RJ, Senhor Jeferson Roselo Mota Salazar, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2019.**

Marina Burges Olmos	**Jeferson Roselo Mota Saalazar**
Secretária	**Presidente do CAU/RJ**